

# Esquerda pode não assinar Carta

## Ameaça foi feita a Ulysses. 103 constituintes se dizem aliados



Líderes da esquerda disseram a Ulysses que querem participar das negociações

Os líderes Brandão Monteiro (PDT), Luiz Ignácio Lula da Silva (PT), Jamil Haddad (PSB), Fernando Santana (PCB) e Haroldo Lima (PC do B) e os deputados Paulo Ramos e Nelson Friedrich, da esquerda do PMDB, procuraram o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, para lhe advertir que 103 constituintes, que representam, acham-se dispostos a não assinar a nova Constituição se a maioria manter a decisão de aliá-los das negociações.

Os líderes do chamado bloco de esquerda na Constituinte reclamaram de Ulysses a sua marginalização em todo o processo de negociação que envolveu principalmente o Grupo do Consenso e o Grupo dos 32 ou dos senadores José Richa e Virgílio Távora. Como se consideram marginalizados dessas negociações, essas lideranças, que dizem representar 103 constituintes, estão dispostas a não assinar a nova Constituição, em sinal de protesto.

— O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, prometeu ontem a lideranças de partidos de esquerda, reunidas em seu gabinete, que antes de o projeto de Constituição chegar ao plenário da Assembleia, vai coordenar pessoalmente entendimentos para que as ideias desse segmento possam ser, pelo menos em parte, incluídas na Carta. O encontro entre Ulysses e os parlamentares ocorreu após solicitação desses, que não consideram o substitutivo do deputado Bernardo Cabral, a ser apresentado hoje, fruto da negociação.

— O substitutivo é o resultado do trabalho de grupos, escolhidos a dedo pelo relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, acusado o líder do PDT na Câmara, deputado Brandão Monteiro, garantindo que o grupo tem cerca de 37 dos 93 votos da Comissão de Sistematização e de 100 a 150 votos da Constituinte. "Podemos obstruir a votação do projeto em qualquer das duas fases, pedindo, por exemplo, destaque para as nossas quase três mil emendas", advertiu Brandão.

Participaram da reunião de ontem com Ulysses os deputados Luiz Ignácio Lula da Silva (PT-SP), José Genoino (PT-SP), Luiz Salomão (PTD-RJ), Brandão Monteiro (PDT-RJ), Haroldo Lima (PC do B-BA), Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) e o senador Jamil Haddad (PSB-RJ).



Moreira Franco: povo deve escolher novo regime

## Moreira propõe a realização de plebiscito

O Governador do Rio de Janeiro, Moreira Franco, defendeu ontem, após almoço com o presidente José Sarney, no Palácio da Alvorada, a realização de um plebiscito — na hipótese de a Constituinte aprovar o sistema parlamentarista de Governo. "Desto forma, o povo mais uma vez decidirá sobre a forma de Governo do País", justificou o governador.

Defensor do sistema Presidencialista de Governo, Moreira Franco acredita que "esta também é a preferência da maioria do povo brasileiro que, em 1963 — através de um plebiscito — aprovou o Presidencialismo". Ele negou que tivesse abordado este assunto com o Presidente Sarney ou que pretendesse, de alguma forma, desenvolver um trabalho de convencimento junto à bancada do Rio de Janeiro pela aprovação do presidencialismo.

— Ao ser perguntado como estava vendo a guerra entre dois grupos de traficantes no Morro da Dona Marta, no bairro de Botafogo, Moreira Franco respondeu que este é um problema muito mais grave do que ele próprio imaginava. E isto ocorre, segundo explicou, porque "o crime organizado está muito enraizado no Rio de Janeiro e vive com a mais absoluta complicidade das autoridades".

Ele prometeu, contudo, que não poupará esforços para romper esta situação "custe o que custar", porque não permitirá que o crime organizado imponha seus padrões e seus costumes à população do Rio de Janeiro. "Isto é meu dever, como governador tenho obrigação de garantir a segurança e combater o crime organizado no meu Estado", concluiu Moreira Franco.

## Maciel: discussão atrasará a Carta

"Se fizermos uma pesquisa hoje na Assembleia verificaremos que a maioria dos constituintes é favorável a um presidencialismo moderno, que inclui um Executivo ágil e dinâmico, um Judiciário atuante e um Legislativo forte", garantiu, ontem o Presidente do PFL, Marco Maciel. Ele esteve por mais de uma hora com o Presidente José Sarney, quando analisou o quadro político nacional, as possibilidades de negociação em torno da Constituinte e a situação da Aliança Democrática.

Durante entrevista, Marco Maciel lamentou que o relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, tenha inserido em seu substitutivo a proposta parlamentarista de Governo pois, segundo disse, isto vai exigir uma mobilização muito grande dos constituintes a fim de alterarem

o projeto do relator e aprovado o sistema presidencialista. A dificuldade toda, explicou o senador, é porque, de acordo com a sistemática de trabalho, temos que promover uma mobilização muito grande e isto, inevitavelmente, atrasará o cronograma da Constituinte.

O presidente do PFL manifestou ainda desaprovacão com relação às discussões no fórum da Constituinte que, na sua opinião, vêm se prendendo a questões conjunturais, quando todos sabem, ou pelo menos deveriam necessariamente estar conscientes, de que o debate constitucional tem que estar voltado para questões permanentes. "Final de contas o premissa é que uma Constituição seja durável se não em termos de século, pelo menos em termos de décadas", observou Maciel.

## PFL diverge sobre sistema de governo

Os deputados Aluísio Chaves (PA) e José Lins (CE), integrantes da Comissão do PFL incumbidos de examinar o substitutivo do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), afirmaram ontem que a tendência da Assembleia Constituinte é a aprovação do sistema parlamentarista. Ambos acreditam que o Presidente da República os convoque para tentar mudar seus votos, mas se o fizer receberá uma negativa.

O líder do PFL na Constituinte, deputado José Lourenço (BA), continua esforçando-se para diminuir o grupo parlamentarista em seu partido. Ele tem acentuado, nas conversas, que o parlamentarismo hoje somente favoreceria o PMDB e que se o presidente Ulysses Guimarães (PMDB-SP) chegasse a primeiro-ministro a situação administrativa-econômica seria bem pior.

O secretário-geral do Frente Parlamentarista, deputado Victor Faccioni (PDS-RS), não acredita que o Presidente da República venha a fazer pressão sobre os parlamentaristas para mudar seus votos e que esteja, inclusive, disposto a distribuir 10 mil cargos, que estariam a disposição do líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA). Lembrou Faccioni que o ex-deputado Paulo Maluf foi acusado de ter usado essa tática e acabou sendo repudiado pela opinião pública.

Da mesma forma isso acontecerá com o Presidente da República porque haverá uma reação dos parlamentaristas que somente facilitará a mudança de sistema.

A deputada Sandra Cavalcanti (RJ), uma das líderes parlamentaristas no PFL, observou que os erros do presidencialismo, estão claramente demonstrados na atual política, econômica. O ministro da Fazenda, Bresser Pereira, anunciou um plano macroeconômico que não consegue realizar porque alguns ministros "são gastadores". Isso não aconteceria no parlamentarismo onde o Gabinete tem de ser solidário.

Estranha Sandra Cavalcanti que se fale do sistema parlamentarista como uma fonte de emprego. No Brasil atual, o Presidente da República tem 37 mil cargos de confiança para distribuir, enquanto na Itália por exemplo, o primeiro-ministro dispõe apenas de 28 cargos de confiança. Com a mudança de regime haverá maior estabilidade e valorização do servidor.

Outro argumento contestado ontem pela deputada Sandra Cavalcanti é de que o parlamentarismo é instável. Isso é uma falácia. Na Inglaterra, a Sra. Margaret Thatcher está no poder há 12 anos, com o mandato sempre renovado, argumenta.

## Alves tem fé no parlamentarismo

"Ulysses Guimarães, Marco Maciel e o Presidente Sarney apostam que conseguem derrubar o parlamentarismo na hora da votação no plenário. Eu duvido". A declaração é do ministro da Administração, Aluísio Alves, que esteve ontem com o presidente da Constituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães. Parlamentarista convicto, o ministro acha que a sociedade brasileira está à margem desta discussão e que resta aos líderes, então, procurar uma posição de consenso.

"O povo nem sabe o que é presidencialismo ou parlamentarismo", afirmou o ministro Aluísio Alves. Por isso mesmo, segundo ele, o

## Sant'Anna já aceita teses de Egidio

O deputado Carlos Sant'Anna, líder do Governo, dispôs-se, ontem, a negociar com as lideranças partidárias na Constituinte tendo como "ponto de partida" a proposta de presidencialismo com formas parlamentaristas que foi aprovada na Comissão de Organização dos Poderes e Formas de Governo, tendo por base pareceres apresentados pelo senador José Fogaça (na Subcomissão de Poder Executivo) e deputado Egidio Ferreira Lima.

Sant'Anna considera inegociável que o Presidente da República conserve as posições de Chefe de Estado e Chefe de Governo, ao mesmo tempo, "coisa que não ficou clara na proposta aprovada por aquela comissão". Ontem mesmo, ele procurou o deputado Egidio Ferreira Lima para marcar um encontro que deverá se realizar ainda hoje.

### A PROPOSTA

Sant'Anna estranhou que o deputado Bernardo Cabral, relator-geral da Comissão de Sistematização, tenha acolhido basicamente o que se saiu, por consenso, da Comissão de Ordem Social, e não tenha agido com o mesmo critério para acolher a decisão da Comissão de Organização de Poderes e Formas de Governo, no que diz respeito ao regime.

— Naquela comissão — disse o deputado baiano — houve uma intensa negociação de que resultou uma decisão que não agrada de todo ao Governo, mas poderia servir como ponto de partida para negociação. Não entendi por que o deputado Bernardo Cabral não acolheu a decisão da Comissão de Organização de Poderes e Formas de Governo.

Carlos Sant'Anna estava ontem procurando Egidio Ferreira Lima para um encontro que se realizará ainda hoje.

O deputado Egidio Ferreira Lima está certo de que o seu parecer poderia ser negociado com o Governo. Nele estão contidas, segundo o deputado pernambucano, certas regras de regime parlamentarista, para que o Brasil comece a se educar no novo regime, sem deixar de atribuir ao Presidente da República certa soma de poderes.

### CHEFE DE ESTADO

Ele destaca que, no artigo 151 de sua proposta ficou estabelecido que "o Presidente da República é o chefe de Estado, o árbitro do Governo e o comandante supremo das Forças Armadas, cabendo-lhe garantir a unidade, a independência e o livre exercício das instituições nacionais".

— Se é o Presidente da República que constitui o Governo, ao indicar o primeiro-ministro, ele é, também, chefe de governo — afirmou o deputado pernambucano.

Egidio observou, ainda, que, pela sua proposta, o Presidente da República poderá nomear e demitir o primeiro-ministro.

### OBSTRUÇÃO

No encontro que mantiveram com o presidente do PMDB, no gabinete da presidência da Câmara dos Deputados, as lideranças do bloco de esquerda disseram que estão dispostas a fazer obstrução parlamentar em plenário, quando da votação do projeto, para tentar colocar em votação as três mil emendas que apresentaram.

Os líderes listaram 15 pontos cruciais que não consideram satisfatória-

mente equacionais pelo relator-geral da Comissão de Sistematização. Eis os 15 pontos fixados pelos 103 constituintes da esquerda:

- 1 — imissão de posse é considerado instrumento indispensável para realizar a reforma agrária;
- 2 — sistema eleitoral, posição contrária ao voto distrital, considerando-se uma ameaça às minorias;
- 3 — preocupações com a nova definição dada à empresa nacional;
- 4 — querem uma definição diferente para o papel que devem ter as Forças Armadas;
- 5 — competência da justiça militar (contra o julgamento de civis pela justiça militar);
- 6 — Poder Judiciário (quem o Tribunal Constitucional, contra cuja criação se insurgiu o Supremo Tribunal Federal);
- 7 — Anistia ampla, geral e irrestrita;
- 8 — defesa de plebiscito para que o povo julgue a nova Constituição;
- 9 — Revisão do Estado de Defesa, previsto no Projeto Cabral;
- 10 — Reserva de mercado para setores tecnológicos de ponta;
- 11 — a utilização de recursos públicos por entidades públicas (não ao ensino privado com recursos públicos);
- 12 — nacionalização do subsolo (minérios);
- 13 eleição direta em 1988 para escolha do futuro Presidente da República;
- 14 — contra qualquer censura ao rádio e à televisão;
- 15 — Conselho de Comunicação Social (com a participação dos profissionais e a intervenção direta do Congresso Nacional, inclusive na administração de concessão de canais de rádio e televisão).

## Moderados têm maioria mas temem suplentes

Os 93 votos da Comissão de Sistematização, 52 pertencem aos "moderados". Esta avaliação foi feita pelo próprio grupo, que se reuniu ontem na Fundação Getúlio Vargas para traçar uma estratégia para paz de retirar do substitutivo de Constituição as teses que eles consideram inaceitáveis e que traem os acordos feitos pelos dois grandes grupos que trabalham pela obtenção do consenso.

A reunião, convocada pelos deputados Francisco Dornelles (PFL-RJ) e Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) tinha inicialmente o objetivo de discutir o substitutivo do relator Bernardo Cabral e fixar os princípios para os textos das emendas que eles pretendem apresentar ao projeto de Constituição. Sem terem acesso prévio ao substitutivo, o que foi amplamente criticado pelos integrantes do grupo,

o encontro quase chegou a ser cancelado e só foi mantido para que eles pudessem fazer um levantamento mais preciso do número de votos que possuem na Sistematização.

Depois de repassarem por duas vezes a listagem dos constituintes que compõem a sistematização, eles concluíram que possuem 24 votos do PFL, 16 do PMDB, 6 do PDS, 3 do PTB e um do PL, PMB e PDC. Mesmo com a maioria de 5 votos, ficou definido que cada um dos integrantes ficará encarregado de conversar com os demais parlamentaristas, para ampliar esta margem que eles consideram apertada. Eles temem o peso dos suplentes, que podem acabar com esta anunciada maioria.

A maior preocupação do grupo em relação ao substitutivo fica mesmo na reforma agrária. As informações que eles ti-

nam é que o relator vai manter a imissão imediata da posse, o que só interessa a um grupo minoritário, garantiu Sandra Cavalcanti. A deputada destacou ainda que não pode haver, por parte do relator, atropelos no que já ficou acertado em relação à comunicação, empresa nacional e segurança nacional.

A ideia de se iniciar na reunião de ontem a redação das emendas teve que ser abandonada pelo fato do grupo não ter acesso ao substitutivo que será oficialmente apresentado hoje.

De qualquer maneira, ficou acertada uma nova reunião para amanhã, já tendo de antemão a definição de que serão necessárias emendas para a reforma agrária, empresa nacional, anistia, segurança nacional, tributação, estabilidade, sistema de governo e sistema eleitoral.

## Caiado vai a Ulysses para mudar a reforma

Os ruralistas vão intensificar nos próximos dias seus contatos com os 93 constituintes, membros da Comissão de Sistematização, de modo a obter a derubada do dispositivo que permite a imissão de posse noventa dias após a desapropriação pelo Governo, caso a Justiça não se manifeste. O presidente da UDR, Ronaldo Caiado, percorreu ontem à tarde os gabinetes de várias lideranças políticas, inclusive da presidência da Constituinte, onde conversou com o deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), que afirmou estar ouvindo todas as partes envolvidas, e destacou ser este o primeiro substitutivo.

O encontro com Ulysses foi difícil de marcar. Caiado não estava na agenda e inicialmente o presidente da Constituinte recusou-se a atender, o ruralista, mandando um assessor avisar que estava com a tarde repleta de compromissos e sem nenhum horário vago. O presidente da UDR já havia desanimado, quando o deputado Cunha Bueno (PDS-SP), quarto secreta-

rio da Câmara, interveio e o conduziu ao gabinete de Ulysses, onde obteve a audiência. Apesar disso, Caiado ainda teve de ficar aguardando o presidente da Constituinte durante um longo tempo.

Caiado encontrou-se ontem com o líder governista, Carlos Sant'Anna, o líder petebista, Gastone Righi, e o senador Virgílio Távora (PDS-CE), em busca de interpretações sobre a nova proposta de emissão de posse e também buscar informações sobre o autor da proposição. O ruralista disse que espera derrubar a emissão de posse na Sistematização: "Não vamos deixar a esquerda ganhar no grito. Eles têm de entender isso. Não se negociam princípios. Nós vamos disputar o voto".

### CENTRO

"Se for verdadeira a afirmação dos membros da UDR, que dizem contar com os parlamentares do Centro Democrático como força dentro do PMDB, o grupo está contrariando frontalmente os princípios

EUGENIO NOVAES



Caiado volta ao Congresso, na defesa das posições dos proprietários

## PODER & POLÍTICOS

### Mudança de sistema

Apesar da pressão do Presidente da República é nitida a tendência de aprovação do parlamentarismo pela Assembleia Constituinte. A pressão, caracterizada pela convocação dos parlamentaristas ao Planalto, é um erro. Contribuirá, apenas, para desmoralizar o Governo e a classe política. Quem for realmente parlamentarista continuará sendo; quem mudar de opinião é porque não a tinha e estava apenas se valorizando.

O presidencialismo tem sido, entre nós, gerador de crises políticas e incentivado golpes de Estado e regimes ditatoriais. Isso ocorre porque, nesse sistema, um Governo incompetente e indeciso, sem condições, tem de ser sustentado e defendido em seu mandato em nome da democracia. Sua queda é uma quebra da normalidade institucional.

No parlamentarismo a sua demissão pelo Parlamento, que representa o povo, é feita, sem crise institucional, em nome da democracia. Essa deposição, chame-se João ou José o primeiro-ministro, é um direito do povo e um dever para com a Nação. Em vez de golpes de Estado, a queda de um Governo que foi incapaz de resolver os problemas nacionais para que possa assumir um outro legitimamente constituído, com apoio do Parlamento.

Não temos, é certo, partidos fortes, outro defeito do presidencialismo. No Império, o Partido Liberal e o Conservador tinham consistência e os transfugas eram execrados. Hoje, qualquer presidente, chegue ao poder legitimamente ou não, passa a ser um grande líder em torno de cuja augusta personalidade, cidadãos prestimosos sempre querem organizar um partido.

Tudo vale contra o parlamentarismo. Há dias um ex-ministro, técnico, advertiu que, com a mudança, os políticos assumiriam e destruiriam a administração. Outros afirmam que não temos um quadro de servidores capaz de sustentar a administração. Na realidade, o Presidente, entre nós, dispõe, ao assumir, de 37 mil cargos de confiança para lotear entre amigos e alianças que o sustentem. Na Itália, por exemplo, o primeiro-ministro tem apenas 28. Aqui, um ministro até de ministério inventado tem, no mínimo, uns 300 DAS, DAI, FAS, Secretarias, esta-tais, fundações etc.

O parlamentarismo, para alguns, representa a instabilidade, mas o governo da Sra. Margaret Thatcher está no poder há 12 anos após várias eleições. Em nosso estável presidencialismo é duplo caso se metade dos 23 governadores, 22 do PMDB, ou se o Presidente da República, mesmo sendo mais popular que os deuses, continuaria no poder caso houvesse nova eleição. O que alguns defendem, na realidade, é uma estabilidade contra a vontade do povo.

JOAO EMILIO FALCAO

**MISSA DE 7.º DIA DE JOSÉ D'APARECIDA MELO**

A Família consternada, agradece o apoio recebido durante a enfermidade e falecimento, convidando parentes e amigos para Missa de 7.º Dia que será realizada no dia 26/08/87, às 19:30 horas na Igreja Matriz de Luziânia-GO.